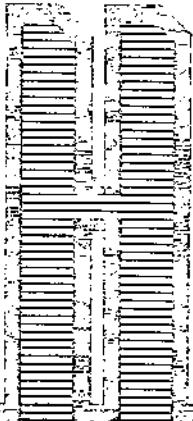




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 129

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 306^a SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE OUTUBRO DE 1985

- 1.1 — ABERTURA
- 1.2 — ORDEM DO DIA

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25/78 (nº 1.626/75, na origem), que permite a dedução do imposto de renda de gastos com assistência médica, inclusive radiografias, exames de laboratório e cirurgias, no caso e condições que especifica. **Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.**

1.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 307^a SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE OUTUBRO DE 1985

- 2.1 — ABERTURA
- 2.2 — EXPEDIENTE
- 2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DILSON FANCHIN — Encontro de parlamentares com o Senhor Presidente da República, no qual foi solicitado a Sua Excelência a assinatura do Plano Nacional de Reforma Agrária.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Discussão de S. Ex^a com uma profissional da Imprensa.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — I Congresso da Federação Brasileira das Associações de Empresas de Asseio e Conservação, realizado em Belo Horizonte, no período de 20 a 24 de julho do corrente ano.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Acordo celebrado pelas Lideranças do Governo, no sentido do envio pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, de mensagem propondo a melhoria das receitas dos estados e municípios.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Crescimento da violência pela posse da terra. Incidente verificado hoje na Câmara dos Deputados envolvendo jornalista e um membro da Casa.

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO, pela ordem — Considerações sobre correspondência recebida de uma jornalista.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Resposta ao pronunciamento do Deputado Adail Vettorazzo feito na presente sessão. Episódio ocorrido hoje na Câmara dos Deputados envolvendo um Deputado e uma jornalista.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/85-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.152, de 18 de julho de 1984, que estende o prazo limite fixado pelo Decreto-lei nº 1.825, de 22 de dezembro de 1980, que isenta do imposto de renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás. (Em regime de urgência). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Votação de Decreto Legislativo nº 25/85-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 2.154, de 30 de julho de 1984, que estende a Gratificação de Desempenho das Atividades de Tributação, Arrecadação e Fiscalização dos Tributos Federais aos Fiscais de Tributos de Açúcar e Álcool. (Em regime de urgência). **Votação adiada por falta de quorum.**

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 306^a Sessão Conjunta, em 8 de outubro de 1985

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Mário Maia — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Sil-

va — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Caimon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto —

Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Baradôr — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Müller — Saldanha Derzi — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marcião — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; João Faustino — PFL; Vingi Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edmíl Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarésio Buriti — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de

Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFL.

Sergipe

Adrualdo Campos — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leônio Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferrez — PMDB; Rómulo Galvão — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haesé — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agenaldo Timóteo — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDC; Daso Coimbra — PMDB; Denísa Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Darci Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Soáto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge

Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Velloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rosemberg Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Ailton Soares — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Octávio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Sámir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Carvalho — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rossâo Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gerae — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kfuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Du-

que — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artur Werner — PDS; Casiido Maldaner — PMDB; Dircéu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Baltazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Saver — PMDB; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo

Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 285 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à **ORDEM DO DIA**.

Item I

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1978 (nº 1.626/75, na origem), ve-

tado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que permite a dedução do Imposto de Renda de gastos com assistência médica, inclusive radiografias, exames de laboratório e cirurgias, no caso e condições que especifica, tendo

Relatório, sob nº 16, de 1985-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

A matéria vetada exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse quorum em Plenário, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 20, de 1985-CN (7ª sessão); e 25, de 1985-CN (2ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 9 minutos.)

Ata da 307ª Sessão Conjunta, em 8 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Cláudio Philomeno — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Pará

Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Edmíl Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; Raymundo Afonso — PMDB; Tarcísio Buriti — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérigo Cordeiro — PDS; José Thomaz Nonô — PFI

Sergipe

Adrealdo Campos — PDS; Batalha Góis — PMDB; Carlos Magalhães — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Batista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB;

Eraldo Tinoco — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hórcio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Príncio Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferrez — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDC; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Mário Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Dario Tavares — PMDB; Delson Scárano — PDS; Dímas Perrin — PMDB; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nilton Veoloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Ber-

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Dionísio Hage — PFL; João Marques — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Alberto de Souza — PFL; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Wagner Lago — PMDB.

nardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Rosemberg Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bonfim — PT; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Hermann Neto — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoino — PT; Maluly Neto — PFL; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Plínio Arruda Sampaio — PT; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemburg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rorálio Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Odilon Salomão — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clárcio Platon — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores

e 285 Srs. Deputados. Havendo número regimental declarado aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dilson Fanchin.

O SR. DILSON FANCHIN (PMDB — PR) — Pronuncio o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, foi extremamente proveitoso o encontro que 35 parlamentares tiveram na última semana com o Presidente da República, José Sarney, no Palácio do Planalto, para pedir que o Chefe da Nação assine o quanto antes o documento elaborado pelo Ministro Nelson Ribeiro e pelo presidente do INCRA, José Gomes da Silva, que põe em plena vigência o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Traduzindo pensamento dominante no Congresso Nacional, o Deputado Siegfried Heuser, fez apelo ao Presidente para que "tome o trem da História, se perpetuando com mudanças efetivas e já" e oferecendo a solidariedade do Poder Legislativo à implantação da Reforma Agrária no País. O Presidente José Sarney enfatizou o desassombro do seu Governo em atacar com determinação a questão fundiária, criando até um Ministério para dela se ocupar exclusivamente e lembrou que seu plano havia sido entregue à discussão de todos os segmentos da sociedade, porém, simultaneamente a isso, o Governo não se inibiria em fazer desapropriações e assentamentos na Bahia, Paraná e Santa Catarina.

E agora vemos, com satisfação, registrada pela imprensa, a notícia de que o Presidente da República assinará formalmente, em ato público, nesta semana, o Plano Nacional de Reforma agrária, decisivo passo na busca de uma solução justa e democrática a um dos mais velhos problemas sociais do País, a da ocupação do solo, hoje profundamente agravado pelas tensões no campo.

Com tal decisão, o Governo Federal dissipou infundados temores de que tivesse recuado num dos programas prioritários da Nova República e que representa um dos solenes compromissos de Tancredo Neves e das Oposições perante à Nação. O Executivo mostra não haver se intimidado com as reações dos latifundiários, algumas revestidas de inequívoca provocação à autoridade e à lei como aquelas que previam a formação de grupos armados para defender privilégios de minorias enriquecidas, através dos tempos, na espoliação do trabalhador rural.

Entidades como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), e a Campanha Nacional de Reforma Agrária, que congrega a Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, a CNBB e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, bem como federações de agricultores e sindicatos rurais, que já estavam a ponto de romper com o Governo, certamente agora se engajarão ao lado do Poder Legislativo e do Presidente da República para que a redentora lei seja fielmente cumprida.

A Nova República não pode dar as costas para a História e nem pretender mudar o curso dos acontecimentos sociais. Existe hoje uma nítida consciência de que a solução dos grandes problemas brasileiros passa preliminarmente pela questão fundiária, onde se localiza o fulcro de quase todas as crises: produção e abastecimento, migrações, pobreza, violência e criminalidade, analfabetismo, mortalidade infantil e vida humana precoce nos grandes bolsões de miséria na área rural do País.

Centenas de conflitos de terras estão registrados no INCRA. Eles se constituem em perigosos focos de conflito social que, se não forem debelados por adequada legislação a resguardar os direitos humanos, poderão levar o Brasil a um verdadeiro caos em face de outros componentes complicadores como a inflação, a escassez de alimentos, a desassistência médico-hospitalar e o elevado custo de vida.

A todos esses desafios a Nova República precisa dar resposta firme e patriótica.

Para essa irrecusável tarefa, o Governo conta com o apoio irrestrito dos representantes do povo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDS — RJ) — Pronuncio o seguinte discurso. — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lamentavelmente, hoje, neste plenário da Câmara Federal, este Deputado teve mais uma discussão com uma profissional da imprensa. Não vou declinar o nome, embora a mesma pertença aos quadros do jornal *O Estado de São Paulo*; não vou declinar o nome por ser a mesma, fofoca, petulante, audaciosa, antípatica e despeitada.

Tenho, Sr. Presidente, pela classe, pela categoria dos profissionais da imprensa o mais profundo respeito, mas acabo de levar ao conhecimento do Presidente da Câmara Federal que nós, por estarmos hoje na Oposição, não podemos permitir que alguns maus profissionais da imprensa se conduzam de maneira desrespeitosa em relação a todos nós, que nos agridam, além de nos censurarem e nos patrulharem. Lamento o fato porque gostaria de ter uma excelente convivência com todos os profissionais da imprensa, como gostaria, evidentemente, de ter um bom relacionamento com todos os seres humanos desta Nação maravilhosa e de todo o mundo.

Só que, lamentavelmente, é imperdoável que um Deputado Federal seja agredido dentro de sua Casa de trabalho, por uma pessoa que nada tinha a fazer ali, já que temos, também, as dependências dos profissionais de imprensa.

E o pior de tudo, no mesmo tempo em que se cobra a igualdade de direitos entre homens e mulheres, quando temos uma discussão, querem exigir de nós um tratamento muito mais diplomático. Não é assim. Se as mulheres têm hoje os mesmos direitos dos homens, e se conduzem uma conversa amistosa ou não, mas apenas uma indagação de maneira agressiva e desrespeitosa, devem estar preparadas para receber a mesma resposta.

De maneira alguma me preocupa essa patrulha. Não dependo, realmente, disso. O dia em que tiver de perder a minha personalidade, a minha identidade, a minha maneira de ser, volto para um torno mecânico: vou para Caratinga, trabalhar no DNER. Agora, aqui onde cheguei com 513 mil votos de pessoas que acreditaram e acreditam na minha coragem, na minha independência, na minha dignidade, na minha seriedade, não vou permitir que um ou outro mau profissional, de qualquer segmento, me agrida, porque quando estão me agredindo estão agredindo os meus eleitores. Não vou permitir.

Portanto, quero deixar registrado nos Anais do Congresso Nacional, nesta sessão, que lamento ter tido essa discussão, lamento apenas porque o bom é o bom relacionamento com todos. Mas, de maneira alguma, vou permitir que me faltem ao respeito, como também não quero faltar com o respeito a ninguém.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ) — Pronuncio o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Federação Brasileira das Associações de Empresas de Assesso e Conservação realizaram, em julho último, o primeiro congresso da categoria a nível nacional e de que resultou um documento merecedor da análise dos Senhores Congressistas. Nele é defendido, como essencial à democracia, o fortalecimento da iniciativa privada embasada na mais ampla liberdade econômica.

Passo a ler a "Carta de Belo Horizonte", elaborada pela FEBRAC, nos seguintes termos:

"Reunidas em Belo Horizonte, de 20 a 24 de julho de 1985, no Primeiro Congresso Brasileiro das Empresas de Assesso e Conservação, as instituições signatárias desta carta procederam a uma atenta avaliação da vida nacional, quer em seus aspectos econômico-sociais, quer em sua dimensão política, e examinaram minuciosamente os problemas materiais e humanos relacionados com o setor empresarial que representam. Desse exame, decorreu a presente Carta de Belo Horizonte, que representa a posição de consenso do setor de Assesso e Conservação na atual conjuntura brasileira.

São as seguintes as decisões por nós assumidas no Primeiro Congresso Brasileiro das Empresas de Assesso e Conservação:

I. Apoiar o Presidente José Sarney que, em memorável pronunciamento ao povo brasileiro, mani-

festou o firme propósito de recolocar a empresa privada no seu lugar específico no processo de abertura democrática, reconhecendo que a liberdade econômica completa a liberdade política, e comprometendo-se a corrigir os males da estatização anômala que tanto conturba a economia brasileira, alimentando a inflação e gerando tensões sociais.

2. Aplicar todos os nossos esforços de liderança e individuais, no sentido de consolidar legal e politicamente o perfil das empresas de Asseio e Conservação em sua condição de prestadoras de serviços, dirimindo dúvidas e equívocos ainda existentes, a fim de que elas sejam amparadas por uma legislação clara e inequívoca, e possam exercer plenamente o seu papel no contexto da livre empresa brasileira.

3. Apoiar o movimento das entidades da livre empresa brasileira que, atualmente, defendem o instituto da pequena e média empresa, tendo em vista que as organizações de Asseio e Conservação se enquadram nessa área econômica, e necessitam, por parte do poder público, de um tratamento diferenciado, capaz de fortalecer-las e expandi-las adequadamente. Dentro desse objetivo devem as associadas acompanhar de forma permanente e vigilante as ingerências de órgãos e entidades de caráter público, direto ou indireto. Nas áreas de atuação das empresas privadas, reclamando e adotando as providências cabíveis para evitar e coibir essas ilegalidades.

4. Apoiar a aspiração nacional de implantação de reformas estruturais destinadas à modernização do Brasil, conferindo-se especial ênfase às reformas tributária, financeira, trabalhista, administrativa e previdenciária, as quais estão mais diretamente relacionadas com as aspirações e reivindicações do nosso setor.

5. Recomendar aos associados e integrantes da comunidade empresarial de Asseio e Conservação que se esforçem no sentido de modernizar as suas empresas, racionalizando gastos, procedendo ao aprimoramento de sua mão-de-obra extensiva através do treinamento, estimulando a criação de novos produtos, equipamentos e tecnologia, capazes de assegurar maior rendimento e lucratividade, e participando da aspiração nacional de ampliação do mercado de trabalho. Nesse particular, entende este Congresso que o setor está capacitado para proceder a uma oferta imediata de 10 mil novas oportunidades de emprego, numa contribuição à exortação do Presidente José Sarney sobre a necessidade de serem criadas novas ocupações no País.

Belo Horizonte, 24 de julho de 1985 — Juarez Machado Garcia, Presidente."

Desejamos parabenizar a todos os companheiros do FEBRAC pela realização de seu primeiro congresso e augurar-lhes êxito em novos conclave que, temos certeza, serão realizados para aprimorar, cada dia mais o seu desempenho como uma atividade essencial ao desenvolvimento nacional.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP) Pronunciou o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr., Presidente, Srs. Congressistas, confesso ainda a minha surpresa e, por que não dizer, indignação, porque na quarta-feira, Sr. Presidente, todos nós estávamos na sessão do Congresso Nacional por volta de 20 horas e 30 minutos, discutindo a Emenda Airton Sandoval que, como todos sabem, modifica o sistema de partilha da receita pública, melhorando substancialmente as receitas dos Estados e dos municípios.

Os que estavam na sessão, como este orador, viraram chegar ao plenário S. Ex^e o ilustre Presidente da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães que é também o Presidente Nacional do PMDB e, ainda, o substituto eventual do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Com ele chegou, também, e estava aí no café, o Vice-Governador de São Paulo, Sr. Orestes Quêrcia, e mais ainda o Líder do PMDB, Deputado Pimenta da Veiga, representante de Minas Gerais.

Como é sabido, o Líder Pimenta da Veiga, usando dos seus privilégios de Líder, assomou à tribuna para informar a todos nós que o Governo havia feito um acordo com mais de 2.000 prefeitos e que nesta quarta-feira, no dia de amanhã, enviaría ao Congresso Nacional uma mensagem propondo melhorias substanciais para as prefeituras.

Viagei para São Paulo, Sr. Presidente, e na quinta-feira, no final da tarde, reuni-me com alguns prefeitos da minha região, no oeste do Estado de São Paulo, e a todos trasmitti a boa notícia. Disse aos prefeitos que lá estavam que, mesmo sendo um homem do PDS, não me tinha negado a votar uma emenda do PMDB, que era de Airton Sandoval, porque, acima de tudo, as instruções da minha Liderança eram de que devíamos aprovar a Emenda Airton Sandoval. Quando se anunciou publicamente um entendimento de alto nível entre as Lideranças mais exponentiais da atual "Nova República", evidentemente todos nós nos regozijamos com o fato. Os prefeitos se retiraram e, à noite, já tomávamos conhecimento de que o atual Presidente da República, o ex-pedessista, ex- udenista, José Sarney, havia dito que não havia participação de nenhum entendimento com os prefeitos e que, portanto, não era sua a promessa.

Sr. Presidente, confesso que ainda estou chocado com esse posicionamento. Nem sei mesmo o que eu faria, se fosse o Líder do PMDB, ou o Presidente Nacional do PMDB, que foram ridicularizados, que foram colocados em tal situação, juntamente com o Vice-Governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que, provavelmente, não terão mais condições de enfrentar os milhares de prefeitos deste País. É claro que acreditamos plamente na palavra de Pimenta da Veiga e de Ulysses Guimarães. Sabemos que são dois homens honrados e dignos. Mas, se S. Ex^es garantiram que o acordo estava viabilizado, embora, evidentemente, ainda faltasse o aval final do Senhor José Sarney, Presidente da República, após reuniões sucessivas com o Ministro do Planejamento João Sayad, eu fico perplexo porque não temos mais em quem acreditar.

Se não posso acreditar no Líder do Governo, se não posso acreditar no eventual substituto do Presidente da República, que é também o Presidente desta Casa, se não posso acreditar no Vice-Governador de São Paulo, se não posso acreditar no Ministro do Planejamento, em quem vou acreditar na Nova República, Sr. Presidente? É lamentável, sobretudo, também, pela sequência dos acontecimentos, quando as notícias divulgam que o Secretário de Comunicações da Presidência da República teria, ao ser inquirido por um ilustre jornalista ou uma ilustre jornalista, sobre como ficariam os Líderes do Governo aqui no Congresso Nacional, S. Ex^e parece que recomendou-lhes gelo. Não sei, evidentemente, se tudo é verdade, mas, se for, eu acho que o Líder do Governo só tem um caminho: é renunciar à Liderança, aqui nesta Casa, porque S. Ex^e não poderia ser tão desrespeitado, tão ridicularizado, tão maltratado, pelo Governo. Não sei se o ditado se aplicaria, também, ao Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães, porque S. Ex^e também, evidentemente, participando dos entendimentos, tornou-se co-responsável e fiador da palavra de Pimenta da Veiga.

Portanto, Sr. Presidente, vivemos na Nova República, mas vivemos mal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genofno.

O SR. JOSÉ GENOFNO (PT — SP) Pronunciou o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, cresce a violência e os assassinatos no campo. Os jornais, diariamente, noticiam assassinatos, repressão e manifestações que preocupam, porque a luta dos trabalhadores rurais, a luta dos camponeses pela posse da terra e muitas ilusões que foram alimentadas pelo famoso Plano Nacional de Reforma Agrária, que tudo indica que agora foi arquivado e prevalece novamente a doutrina de Segurança Nacional na questão da terra, deve merecer uma resposta em defesa das reivindicações e dos interesses dos trabalhadores e dos camponeses. Verdadeiras chacinas se processam no interior do Pará, ameaças e novamente se cria, por parte dos latifundiários, por parte dos grileiros, buscando colocar responsabilidade sobre os trabalhadores rurais e sobre os camponeses. Queremos dizer que isto não é verdade. Essa violência, parte fundamentalmente das iniciativas

dos grandes proprietários rurais e dos jagunços, que não querem permitir, nem sequer minimamente, o atendimento das reivindicações dos trabalhadores e dos camponeses.

Outro assunto, Sr. Presidente, sobre o qual eu gostaria de manifestar aqui a minha opinião, o meu ponto de vista, já foi aqui expresso pelo Deputado Agnaldo Timóteo: foi sobre os incidentes verificados no final da sessão da Câmara dos Deputados.

Achamos que a imprensa tem um papel muito importante na luta pelas liberdades políticas, neste País, e não foi por acaso que ela sofreu uma censura violenta. E, quando eu falo da imprensa, não o faço de maneira genérica. Estabeleço uma diferença entre os profissionais da imprensa e os donos dos jornais. Nesse sentido, quero manifestar o meu apreço e a minha solidariedade, e lamento episódio que se verificou no interior desta Casa com os jornalistas. Acho que nós devemos ter uma relação, a mais avançada e a mais positiva possível. Ao expressar esse lamento, queremos também expressar aqui, nesta tribuna, a nossa solidariedade aos jornalistas, que não podem, de maneira nenhuma, pelo seu trabalho desenvolvido no interior desta Casa, sofrer por parte de quem quer que seja, de qualquer poder, seja do Poder Executivo, seja de nós Parlamentares, qualquer empecilho ao pleno desenvolvimento do seu trabalho, seja nas galerias, seja, inclusive, no contato direto conosco aqui em plenário. Queremos manifestar a nossa solidariedade, o nosso apoio, porque achamos que o incidente não envolveu apenas a pessoa de uma jornalista, uma profissional, mas que fere o trabalho do conjunto jornalístico, é por isso que nós queremos manifestar o nosso apoio e a nossa solidariedade, e lamentar que um nobre colega, nesta Casa, tenha se envolvido em coisas como essa. E queremos, Sr. Presidente, chamar a atenção e valorizar o trabalho desses jornalistas nesta Casa, não é de agora...

O SR. AGNALDO TIMÓTEO — Faça bastante média, Deputado. V. Ex^e não viu nada!

O SR. JOSÉ GENOFNO — ... no período que há de maior abertura, mas, principalmente, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) Fazendo soar a campainha.) — Não são permitidos apartes no período de breves comunicações.

O SR. JOSÉ GENOFNO — ... para destacar que esse papel de fiscalizar, de divulgar e de ter contato conosco, é muito importante e deve ser prestigiado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. AGNALDO TIMÓTEO — Pela ordem, Sr. Presidente, para contestar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ) Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho aqui em minhas mãos uma carta da jornalista, que me parece um pouco analfabeto, porque a caligrafia é horrível, assinatura horrível, mentiroso e covarde, porque agride, quando reagimos, apela para o decoro parlamentar. Mentiroso e covarde esta nota. Apenas revidei a maneira agressiva e desrespeitosa com que a referida profissional se dirigiu a este Deputado. É desagradável que, aqui, algumas lideranças, com o intuito exclusivo de fazer média, tenham a indignidade de chamar atenção de um Parlamentar, que aqui dentro se impõe como Parlamentar. Imoral o comportamento da liderança do PT, que tem necessidade de fazer média, porque o Lula, o mais discriminado deste País hoje, ontem não era.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Para concluir, Sr. Presidente, simplesmente ridícula a nota da jornalista, porque é mentiroso e covarde, evidentemente, chamando para o seu testemunho alguns desses falsos esquerdistas que andam por aqui, esquerdistas da Escócia, que só gostam de uisque importado, de mordomia total e de morarem em grandes apartamentos. Vou pegar isso aqui e colocar no lixo, para registrar a minha indignação contra essas pessoas que não nos respeitam e, quando reagimos, apelam para que nos punam. Eu não tenho medo de punição, eu não dependo disso aqui, eu

sou homem independente em tudo. Agora, que vão pisar em cima de Agnaldo Timóteo, só morto. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — O nobre Deputado não formulou questão de ordem, portanto, a Mesa não tem nada a responder.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvimos, há poucos minutos, o pronunciamento do nobre Deputado Adail Vettorazzo que, no seu dever de Parlamentar da Oposição, procura transformar um episódio político em dividendos para o seu partido.

É natural que S. Ex^e faça uso desse expediente, mas recorda-se bem o nobre Deputado, faz muito pouco tempo, que os líderes desautorizados eram exatamente os do Governo da velha República da qual o Deputado foi um dos brilhantes integrantes.

Sabe muito bem S. Ex^e e continua com dor de cotovelo, pelo simples fato do Presidente José Sarney ter sido integrante do seu Partido e ter tido a coragem de, depois de uma autocrítica, abandonar esse Partido e hoje ser o Presidente da República de todos os brasileiros.

É evidente que V. Ex^e, meu caro companheiro Adail Vettorazzo, irá amargar essa dor de cotovelo por mais 4 anos. É evidente que V. Ex^e terá que se conformar com essa situação. Agora, V. Ex^e, na semana passada, ocupou as páginas dos jornais tentando destituir a direção do Partido de V. Ex^e, o PDS. Gostaria que o nobre e brilhante Parlamentar paulista continuasse apenas tentando desestabilizar o seu Partido, o PDS, que, pelo visto e pelas crises que enfrenta internamente, já não vai muito

bem das pernas, e deixe o PMDB, que é um partido crescente, um partido vitorioso, continuar a sua caminhada triunfante. O PMDB tem, na pessoa de Ulysses Guimarães, como seu Presidente, como Presidente da Câmara, e como disse V. Ex^e, como Vice-Presidente da República, uma das suas figuras máximas; tem o Presidente José Sarney como um de seus filiados, e o PMDB assume exatamente, nobre líder Adail Vettorazzo, a responsabilidade das atitudes tomadas. Gostaria que V. Ex^e ficasse tranquilo com relação ao acordo que, no momento oportuno, será feito e os prefeitos brasileiros não terão prejuízo, fique V. Ex^e certo disso.

Sr. Presidente, Srs. Congressitas, com relação ao episódio, que não presenciei, ocorrido ao final da tarde, na Câmara, envolvendo parlamentar e jornalista, a Liderança do PMDB lamenta o ocorrido, lamenta porque, de um lado, está um parlamentar representante do povo do Rio de Janeiro e, do outro lado, está uma jornalista das mais acreditadas desta Casa, com mais de dez anos de credenciamento no Comitê de Imprensa, de forma que a liderança do PMDB lamenta sob todos os aspectos o ocorrido na tarde de hoje, até mesmo porque a violência não é o melhor caminho para se esclarecer dúvidas ou até mesmo para se impor as suas posições. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste Plenário, destinada à apreciação da proposta de emenda à Constituição nº 71, de 1985, que dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passa-se à ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1985-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 26, de 1985-CN, vencido o Senhor Deputado Jacques D'Ornellas), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.152, de 18 de julho de 1984, que estende o prazo limite fixado no Decreto-lei nº 1.825, de 22 de dezembro de 1980, que isenta do imposto de renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás (incluído em Ordem do Dia, nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição — 7ª sessão).

Sendo evidente a falta de *quorum*, fica a votação adiada para outra oportunidade.

Pelo mesmo motivo, fica adiada a votação do item 2.

É o seguinte o item 2 que tem sua votação adiada: votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1985-CN (apresentado como conclusão do parecer proferido, em Plenário, pelo Deputado Celso Barros), aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.154, de 30 de julho de 1984, que estende a Gratificação de Desempenho das Atividades de Tributação, Arrecadação e Fiscalização dos Tributos Federais aos Fiscais de Tributos de Açúcar e Álcool (incluído em Ordem do Dia, nos termos do § 1º, in fine, do art. 55 da Constituição Federal — 2ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 34 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00